

AOS TRABALHADORES DA CARRIS

A verdade que a Comunicação Social não transmitirá

Declaração do Grupo Parlamentar do PCP sobre a Apreciação Parlamentar do D.L. de Municipalização da Carris, 31/1/2017

«O Grupo Parlamentar do PCP irá propor no dia 1 de Fevereiro na Conferência de Líderes a discussão das Apreciações Parlamentares relativas à municipalização da Carris e da STCP.

Ao contrário das notícias falsas que foram difundidas a partir do passado sábado, **a posição do PCP sobre esta matéria não é surpresa para ninguém** e foi até reafirmada num debate realizado na Assembleia da República no dia 18 de Janeiro: o PCP considera que a municipalização destas empresas é uma opção errada. Ela é errada do ponto de vista do funcionamento de redes metropolitanas de transportes públicos, do ponto de vista da defesa dos direitos das populações e dos trabalhadores e também porque fragiliza as empresas e a sua natureza pública.

A luta de fundo que se trava no sector dos transportes públicos é entre aqueles que advogam a sua **privatização** e os que advogam a defesa e valorização do **serviço público** garantido por empresas públicas que promovam uma oferta de qualidade aos utentes e sejam exemplos de trabalho digno e com direitos.

É nesse quadro que continuaremos a estar ao lado dos trabalhadores e das populações em defesa de mais e melhores transportes públicos.

No âmbito da discussão destas Apreciações Parlamentares, **o PCP apresentará propostas de alteração correspondentes a estes objectivos – e não a cessação de vigência dos decretos-leis** – batendo-se para que se possa ir mais longe relativamente a perspectivas que entretanto foram adiadas quanto a investimentos necessários ao desenvolvimento da sua actividade, à adequação do seu funcionamento às necessidades dos utentes, bem como à valorização dos seus trabalhadores.

No âmbito da preparação deste debate, já propusemos encontros com os representantes dos trabalhadores da Carris e da STCP e iremos fazê-lo igualmente relativamente aos representantes dos utentes e outros contactos institucionais.»

(A Reunião com as ORT's da Carris está marcada para dia 2/Fevereiro e com as Comissões de Utentes para 3/Fevereiro).

O PCP não responde a provocações assentes em notícias falsas. Estamos habituados a que a Comunicação Social dominada censure o PCP e amplifique qualquer atoarada contra o PCP. É o preço que pagamos por ser o único Partido cujo objectivo assumido é acabar com a exploração e com o domínio daqueles que hoje dominam a sociedade, os exploradores. E não vamos mudar!

Síntese do Vereador João Ferreira, da CDU, Sobre a discussão em torno da Carris, 31/1/2017

«No meio da grande agitação que por aí anda em torno da Carris, uma dúzia de singelos apontamentos:

1. O serviço da Carris abarca seis municípios: Almada, Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Oeiras.
2. Com o fim das concessões rodoviárias a privados em 2019, a Carris pode (e deve) reforçar a sua presença metropolitana, aumentando o serviço nestes concelhos.
3. Se a Carris for propriedade não do Estado mas da Câmara Municipal de Lisboa, quem decide - e quem paga - o serviço prestado pela Carris nos outros concelhos?
4. Reduzir o serviço da Carris nesses outros concelhos não contribuirá para reduzir as centenas de milhar de carros que todos os dias entram em Lisboa, certo?
5. Em média, nas generalidade das grandes cidades europeias 50% dos custos de exploração do transporte público são cobertos com apoios públicos.
6. Se, como está previsto com a municipalização, o Estado não meter dinheiro na Carris, quem vai pagar os custos da empresa? E como?
7. O presidente da Câmara de Lisboa tem dito que são as receitas do estacionamento e do imposto de circulação que irão financiar a Carris. Para onde vão elas hoje? Para onde deixarão de ir? As mesmas perguntas se aplicam naturalmente a quaisquer outras receitas municipais que se pense afectar à Carris.
8. No orçamento de 2017, a Câmara Municipal de Lisboa afectou 15 milhões de euros a um "fundo de mobilidade" tendo em vista suportar a vinda da Carris. Os custos de exploração da Carris andam hoje na casa dos 100 milhões de euros. Cerca de metade é directamente pago pelos utentes. Novamente: quem e como vai pagar a Carris? E os custos de investimento, como os novos autocarros?
9. Na Assembleia Municipal de Lisboa votaram a favor da municipalização PS, PSD e BE. PCP e PEV votaram contra.
10. O actual presidente da Câmara de Lisboa já assumiu que não espera resolver os problemas do transporte público na cidade no prazo de uma década. Assumiu também que, tirando os maiores de 65 anos e os menores de 12, os preços não vão baixar e os aumentos feitos pelo governo PSD-CDS não serão revertidos.
11. Quando era presidente da câmara, Santana Lopes também quis municipalizar a Carris, para a seguir a entregar a privados. Não conseguiu. Se fosse hoje, tinha metade do trabalho feito.
12. A defesa de uma Carris pública e de um serviço público de transportes cómodo, seguro, rápido, frequente, fiável, barato e, por isso, atractivo, para o PCP, neste momento escreve-se assim:

<http://www.dorl.pcp.pt/images/DocumentosPDF/2016/nov/municipalizacaocarris20161122.pdf>

http://www.dorl.pcp.pt/images/DocumentosPDF/2017/jan/ap_munic_carris.pdf

Célula na Carris

Partido Comunista Português

